



ADVOGADO

Tipo 1 - BRANCO



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- **60 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de prova**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa sorte!

Língua Portuguesa

Texto 1.

Dado Preocupante

No primeiro semestre deste ano, 80 mil alunos deixaram de ingressar em faculdades particulares de todo o país, o que representa uma queda de 5% em relação ao mesmo período de 2017. Desde 2015, a fuga de ingressantes é de 20%. Juntos, Rio, Minas e Espírito Santo tiveram redução de 25,7% no número de calouros. O levantamento foi feito pelo Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp) com 99 instituições. Desemprego, queda de renda, crise econômica, redução dos programas de financiamento estudantil são as razões apontadas pelo Semesp para a diminuição de matrículas. No Rio, a violência agrava o problema, porque desestimula quem estuda à noite. (adaptado)

O Globo, 24/07/2018

1

“No primeiro semestre deste ano, 80 mil alunos deixaram de ingressar em faculdades particulares de todo o país...”

Assinale a opção em que o emprego do pronome demonstrativo sublinhado tem o mesmo valor do apresentado no segmento inicial.

- (A) Muitos alunos deixaram de matricular-se em 2018; este dado se torna preocupante.
- (B) Esta semana o Globo publicou uma notícia preocupante sobre as matrículas em universidades privadas.
- (C) Rio, Minas Gerais e Espírito Santo são estados onde houve redução do número de matrículas e neste último estado a situação/o é mais grave.
- (D) Neste texto da prova, o jornal mostra preocupação com a redução de calouros nas universidades privadas.
- (E) Na terceira semana de julho o jornal publicou uma notícia sobre matrículas universitárias; neste momento a preocupação era grande com a redução do número de calouros.

2

“No primeiro semestre deste ano, 80 mil alunos deixaram de ingressar em faculdades particulares de todo o país...”

O cálculo de que 80 mil alunos deixaram de se matricular é indicado, no texto 1, a partir de

- (A) comparação realizada com o mesmo período do ano anterior.
- (B) análise de dados do ano de 2015 até hoje.
- (C) dados informativos sobre três estados importantes.
- (D) levantamento feito pelo Semesp.
- (E) projeção de cálculos a partir de dados anteriores.

3

“No primeiro semestre deste ano, 80 mil alunos deixaram de ingressar em faculdades particulares de todo o país, o que representa uma queda de 5% em relação ao mesmo período de 2017. Desde 2015, a fuga de ingressantes é de 20%. Juntos, Rio, Minas e Espírito Santo tiveram redução de 25,7% no número de calouros.”

As informações fornecidas neste segmento do texto 1 nos mostram que

- (A) a redução de matrículas de calouros nas universidades privadas foi mais grave em 2018.
- (B) o número de calouros nas universidades privadas reduziu-se no biênio 2015/2017.
- (C) Rio, Minas Gerais e Espírito Santo tiveram redução de calouros menor que nos outros estados.
- (D) os dados fornecidos tiveram por base as ocorrências de matrículas nos estados do Rio, Minas Gerais e Espírito Santo.
- (E) os números de matrículas de calouros mostram uma redução ainda maior no próximo ano.

4

“No primeiro semestre deste ano, 80 mil alunos deixaram de ingressar em faculdades particulares de todo o país...”

Assinale a opção que indica a frase em que o emprego da expressão sublinhada está correto.

- (A) Todo o texto 1 mostra dados preocupantes.
- (B) Nem todo o jornal do Rio publicou essa notícia.
- (C) Todo o dado fornecido no texto foi confirmado pelo jornal.
- (D) Todo o calouro deve matricular-se no início do ano.
- (E) Em todo o primeiro semestre começam as aulas nas universidades privadas.

5

Assinale a frase a seguir em que a concordância verbal com porcentagens está **incorreta**.

- (A) 25,7% do total de calouros se matricularam.
- (B) 30% da imprensa mostraram esse mesmo dado.
- (C) 1,7% do jornal se ocuparam dessa notícia.
- (D) 5,8% do público leitor comentou os dados fornecidos.
- (E) 1,3% dos leitores se interessaram pela notícia.

6

“O levantamento foi feito pelo Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp) com 99 instituições.”

Esse segmento do texto significa que o Semesp

- (A) é constituído por 99 instituições.
- (B) foi ajudado por 99 instituições.
- (C) verificou a situação de matrículas de 99 instituições.
- (D) mantém ensino superior em 99 instituições.
- (E) realizou o levantamento em alguns estados.

7

“O levantamento foi feito pelo Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp) com 99 instituições.”

Essa frase do texto exemplifica a voz passiva; assinale a forma verbal correspondente à que está sublinhada, na voz ativa.

- (A) fez-se.
- (B) fazia.
- (C) fazia-se.
- (D) fizera.
- (E) fez.

8

“O levantamento foi feito pelo Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp) com 99 instituições.”

A sigla do Sindicato aparece entre parênteses porque

- (A) assim requer a convenção da imprensa escrita.
- (B) se trata de uma instituição amplamente conhecida.
- (C) é empregada novamente no desenrolar do texto.
- (D) economiza espaço gráfico em futuras referências.
- (E) indica o responsável oficial pelo levantamento citado.

9

“Desemprego, queda de renda, crise econômica, redução dos programas de financiamento estudantil são as razões apontadas pelo Semesp para a diminuição de matrículas.”

Sobre os componentes desse segmento do texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O fator “desemprego” é o mais geral de todos os citados.
- (B) Os fatores “desemprego” e redução dos programas de financiamento” estão ligados pela relação de causa/consequência.
- (C) O fator “redução dos programas de financiamento estudantil” se torna redundante no contexto.
- (D) O termo “as razões” indica que não há outras razões apontadas no levantamento do Semesp.
- (E) Todos os fatores citados estão ligados pela relação causa e efeito.

10

“No Rio, a violência agrava o problema, porque desestimula quem estuda à noite.”

Nesse segmento,

- (A) há o acréscimo de um fator particular aos já citados.
- (B) ocorre uma crítica dirigida às autoridades do Rio.
- (C) aparece a razão principal para a redução de calouros.
- (D) mostra-se a inconveniência dos estudos à noite.
- (E) indica-se uma razão geral para a queda citada.

História e Geografia de Rondônia

11

Leia o texto a seguir.

As novas demarcações de fronteira pelo tratado de 1750 eram de grande sensibilidade para as ordens missionárias, uma vez que as missões - e as jesuíticas em particular - mergulhavam estrategicamente no interior continental, situadas entre territórios espanhóis e portugueses bem como ao longo dos principais sistemas fluviais. Os jesuítas tinham cooperado com a Espanha nos anos 1740, e o uso dos neófitos indígenas convertidos pelos jesuítas como tropas e mão-de-obra foi uma parte indispensável dos planos espanhóis para conter a expansão das fronteiras portuguesas, fundindo-se a estratégia espanhola, nesse ponto, com o tradicional objetivo dos jesuítas de criar uma cadeia de missões unida, bem guarnecida, sertão adentro do subcontinente sul-americano, capazes de tutelar o indígena catequizado e aptas ao comércio em produtos amazônicos

Adaptado de Kenneth Maxwell - A Amazônia e o fim dos jesuítas

Considerando o texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Tratado de Madri favorecia o plano de expansão missionária das províncias ibéricas da Companhia de Jesus na bacia amazônica.
- (B) Os temores de Portugal quanto à lealdade dos jesuítas eram infundados, pois suas reduções podiam ser consideradas uma linha defensiva dos limites territoriais.
- (C) A administração pombalina considerava que o comércio em produtos amazônicos dos jesuítas era uma concorrência desleal com o de empreendedores brasileiros e lusos.
- (D) As missões permitiam a assimilação dos índios à sociedade colonial portuguesa, mediante o serviço militar obrigatório dos nativos.
- (E) A concessão dos privilégios da Companhia do Grão-Pará e Maranhão e a emancipação indígena são iniciativas pombalinas que preparam a assinatura do Tratado de Madri.

12

Em 1748, para explorar os sertões no extremo oeste, a Coroa portuguesa ordenou a criação da Capitania de Mato Grosso, desmembrando-a do território da Capitania de São Paulo. A capitania recém-criada tinha como limites territoriais as regiões sul da bacia amazônica até a proximidade do Chaco paraguaio e a margem direita do rio Guaporé.

Assinale a opção que apresenta o objetivo estratégico luso que justificava a criação dessa capitania.

- (A) Garantir a presença da Coroa em área de fronteira com os domínios hispânicos, na região central do continente sul-americano, e o controle da rede fluvial e das minas.
- (B) Assegurar as vias de comunicação ao norte, em direção às Capitânicas do Grão Pará e Rio Negro, para o escoamento do ouro das minas de Cuiabá.
- (C) Impedir o contrabando de prata na fronteira oeste, com a Capitania de Goiás, e ao leste, com as missões espanholas de Chiquitos, Moxos e Paraguai.
- (D) Dificultar o acesso fluvial à bacia do Prata aos bandeirantes paulistas, agentes autônomos em relação aos interesses da metrópole na expansão da colonização.
- (E) Promover a abertura de rotas de abastecimento ao sul, através da Capitania de São Paulo, de onde viriam os secos, os molhados e os escravos para os engenhos do Guaporé.

13

Antes de ser abatido pelas forças de Luiz Pinto de Souza Coutinho em 1770, o quilombo do Piolho, conhecido também como quilombo do Quariterê, foi o maior e mais significativo da região de Vila Bela. Sua população era de mais de 100 pessoas, sendo 79 negros e cerca de 30 índios. Nesse período, o quilombo, organizado há mais de três décadas, destacava-se pela organização social, a fartura das suas roças e por ser governado pela rainha Teresa de Benguela.

A respeito da experiência histórica do quilombo do Piolho, considere o texto e assinale a afirmativa correta.

- (A) A formalização de Cuiabá como capital da Província de Mato Grosso demandou a transferência das tropas lusas de Vila Bela e facilitou a formação de quilombos no vale do Guaporé.
- (B) O quilombo do Piolho apresentava uma composição interétnica, sendo formado por escravos fugidos das minas do Mato Grosso, por pretos livres e índios.
- (C) O quilombo era organizado a partir de formas de governo europeias adaptadas pela população ameríndia, tais como o reino e o conselho de anciãos.
- (D) Os escravos de Benguela chegavam em Belém, de onde eram redistribuídos para as minas de Mato Grosso pela Companhia Geral do Comércio do Brasil.
- (E) A sobrevivência dos quilombos no vale do Guaporé dependia do escambo realizado com as tribos indígenas e as missões dos jesuítas circunvizinhas.

14

Na Amazônia os rios constituíram as primeiras redes de transporte, o que influenciou os padrões de ordenamento territorial da região.

Com relação ao uso do território no Alto rio Madeira, desde o século XIX, analise as afirmativas a seguir.

- I. A ocupação intensificou-se entre 1840 e 1910, com a migração de grandes contingentes populacionais, sobretudo de nordestinos vítimas das secas. Nessa fase do extrativismo vegetal, a navegação fluvial era o principal meio de penetração na Amazônia.
- II. A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, construída no início do século XX, permitia o barateamento do transporte da borracha brasileira, tornando-a mais competitiva em relação à boliviana, escoada para a Europa pelos portos do Pacífico.
- III. No final dos anos 1970 e início de 1980, a extração de ouro no rio Madeira, atraiu novos contingentes populacionais e facilitou o surgimento de povoados, como Vila do Araras, Embaúba e Palmeiral.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

15

Leia o fragmento a seguir.

Há 75 anos, as terras que hoje pertencem a Rondônia eram dos estados do Amazonas (AM) e do Mato Grosso (MT). Aluizio Ferreira já estava na região desde o final da década de 1920 e estudava como fazer a região crescer. Já que as obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) começaram a decair, Aluizio criou núcleos de colonização agrícolas para abastecer Porto Velho e Guajará-Mirim. Foi então que surgiu a ideia de reorganizar o território rondoniense.

Adaptado de g1.globo.com

O fragmento refere-se à criação

- (A) do Estado de Rondônia.
- (B) da Região do Guaporé.
- (C) do Território Federal de Rondônia.
- (D) da Província do Guaporé.
- (E) do Território Federal do Guaporé.

16

A partir de 1970, o então Território Federal de Rondônia foi objeto de uma política territorial que se concretizou na implantação de *projetos de colonização* agrícola, objetivando proporcionar o acesso à terra para milhares de famílias camponesas. O governo federal organizou e estimulou a migração regional e a ocupação das terras, além de orientar o uso do território e sua produção para a economia de mercado.

As afirmativas a seguir descrevem consequências dessa política territorial em Rondônia, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A introdução de uma nova política indigenista, pela qual o indígena é um cidadão pleno, com direito à propriedade sobre as terras das reservas, agora mercantilizadas.
- (B) A substituição progressiva da economia extrativista pela agricultura camponesa e empresarial, promovendo um uso capitalista da terra na região.
- (C) A redução da massa florestal, substituída por áreas agrícolas voltadas fortemente para a agropecuária e obtidas por meio de desmatamento e queimadas.
- (D) A criação de assentamentos rurais, destinados a famílias de camponeses migrantes, que ajudaram a desenvolver uma agricultura caracterizada pelo trabalho familiar camponês.
- (E) A transformação da rede de circulação, do predomínio fluvial à combinação deste com o sistema rodoviário, responsável pelo aumento dos fluxos populacionais e de mercadorias.

17

Unidade da Federação	População nos Censos Demográficos						
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	51 944 397	70 992 343	94 508 583	121 150 573	146 917 459	169 590 693	190 755 799
Rondônia	36 935	70 783	116 620	503 125	1 130 874	1 377 792	1 562 409

Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE

As afirmativas sobre a evolução da população no Brasil e em Rondônia estão corretas, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A partir de 1970, a BR 364 torna-se propulsora do fluxo migratório e seus povoados passam a concentrar a população recém-chegada e aquela oriunda do fechamento dos garimpos e do esvaziamento dos seringais.
- (B) Na década de 1980, a população dá um salto, em função da chegada para Rondônia de novos habitantes, vindos principalmente do Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
- (C) Entre 1970 e 1990, o crescimento populacional está relacionado às grandes políticas públicas de colonização e da expansão da área agropecuária, financiadas com o capital nacional e internacional.
- (D) Durante o período da ditadura militar, o processo de ocupação do estado foi orientado pelos imperativos de segurança nacional, de desenvolvimento econômico e integração nacional da região amazônica.
- (E) Desde a década de 2000, o crescimento demográfico se deve às obras federais que deslocaram as principais rotas comerciais, da BR-364, para a rede intermodal que integra a hidrovia do Madeira para a Ferrovia Transcontinental.

18

Rondônia possui um clima tropical chuvoso, com uma média de temperatura entre 24 °C e 26 °C, mas, em alguns períodos do ano, pode ocorrer uma queda brusca da temperatura do ar, conhecida como o fenômeno da "friagem", recorrente em áreas da Amazônia Ocidental.

A respeito desse fenômeno, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Sua causa é a incursão de ar de origem polar, impulsionado por altas pressões atmosféricas formadas a partir da região da Antártida, e que penetra na América do Sul, chegando até a Amazônia Ocidental.
- () Os ventos quentes do Pacífico e do cerrado brasileiro são contidos pela barreira da cordilheira dos Andes, a oeste, e do planalto Brasileiro, a leste, favorecendo a ocorrência de baixas temperaturas sazonais na Amazônia Ocidental.
- () Este fenômeno é potencializado pelo avanço no desmatamento, na medida em que a maior extensão da cobertura florestal amazônica dificultava a passagem do ar polar.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V - V - F.
 (B) V - F - V.
 (C) F - V - V.
 (D) F - V - F.
 (E) V - V - V.

19



No oeste do estado de Rondônia, os municípios de Costa Marques, Pimenteiras do Oeste e Cabixi, poderão ser considerados Áreas de Livre Comércio (ALCs), segundo projeto de lei aprovado na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em 2017.

A respeito das áreas de Livre Comércio, analise as afirmativas a seguir.

- I. As ALCs possuem um regime fiscal especial, para aumentar a arrecadação sobre a produção local de bens industrializados.
- II. As ALCs visam melhorar a fiscalização de entrada e saída de mercadorias, além de fortalecer as atividades comerciais.
- III. As ALCs permitem a livre comercialização de produtos cuja venda é restrita no restante do território nacional, como fumo e derivados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
 (B) II, apenas.
 (C) I e III, apenas.
 (D) II e III, apenas.
 (E) I, II e III.

20

As cidades-gêmeas possuem uma dinâmica própria no contexto do processo de territorialização da faixa de fronteira. É o caso das cidades de Guajará-Mirim (Rondônia/Brasil) e Guayaramerín (Beni/Bolívia), cuja geminação considerou um conjunto de fatores.

Assinale a opção que apresenta um desses fatores.

- (A) A posição estratégica para a soberania nacional, como a de Guajará-Mirim na Tríplice Fronteira Norte.
- (B) A atuação pré-existente de instituições transnacionais, como a Igreja, o Exército e as empresas multinacionais.
- (C) O potencial de integração econômica e de cooperação para o combate ao tráfico de drogas e armas na fronteira.
- (D) A divisa natural, como a constituída pelos rios Beni e Machado, entre as duas cidades.
- (E) O mesmo sistema de governo, vigente nos dois países de fronteira, para facilitar uma legislação conjunta.

Direito Constitucional

21

Analise a narrativa a seguir.

- (I) Um grupo de cento e vinte Deputados Federais subscreveu proposta de emenda constitucional;
- (II) a proposta tinha como objetivo adotar a forma unitária de Estado;
- (III) nesse período, parte do país foi atingida por calamidade natural de grandes proporções;
- (IV) a proposta foi aprovada, em dois turnos de votação, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto de três quintos dos respectivos membros;
- (V) a proposta foi promulgada pelo Presidente da República.

Considerando a forma de exercício do poder constituinte derivado, é correto afirmar que somente estão em harmonia com a sistemática constitucional, os itens

- (A) II, III e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, IV e V.
- (D) I e V.
- (E) III e IV.

22

O grupo que tomou o poder, após um golpe de estado, constituiu uma comissão de notáveis para elaborar um projeto de Constituição, o qual foi submetido à apreciação popular, tendo a população liberdade para escolher entre as opções *sim* e *não*. Com a aprovação popular, a nova Constituição entrou em vigor com a edição de decreto da junta de governo.

Para facilitar a atualização do texto constitucional, foi previsto que parte de suas normas poderia ser alterada com observância do processo legislativo regular, enquanto a alteração das normas restantes exigiria um processo legislativo qualificado.

A Constituição, além disso, buscou encampar distintas concepções ideológicas, como a livre iniciativa e a função social da propriedade.

A Constituição acima descrita pode ser classificada como

- (A) revolucionária, semirrígida e ideologicamente neutra.
- (B) cesarista, semirrígida e compromissória.
- (C) promulgada, formal e compromissória.
- (D) liberal-social, outorgada e dirigente.
- (E) cesarista, flexível e dirigente.

23

Renomado professor afirmou que a fruição de certos direitos previstos na Constituição da República pressupõe a sua integração pela legislação infraconstitucional, que irá detalhar as prestações a serem oferecidas, os beneficiários e as respectivas fontes de custeio.

Considerando a aplicabilidade das normas constitucionais, é correto afirmar que a explicação do referido professor indica que os referidos direitos estão previstos em normas de eficácia

- (A) limitada e de princípio programático.
- (B) limitada e de princípio institutivo.
- (C) contida e aplicabilidade mediata.
- (D) plena e aplicabilidade imediata.
- (E) contida e aplicabilidade direta.

24

O edital de concurso público para provimento de cargos de provimento efetivo, estabeleceu (I) o conteúdo programático das provas, (II) o caráter eliminatório das provas escrita e oral; (III) o caráter eliminatório do exame psicotécnico e (IV) a idade máxima para a ocupação dos cargos, a qual estava lastreada em critérios de razoabilidade.

À luz da sistemática constitucional e considerando que a lei de regência não contém previsão expressa a respeito de qualquer dos quatro itens referidos acima, a previsão exclusivamente no edital está correta em relação aos itens

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) I e II, apenas.

25

A Lei nº 123/2018, do Município Alfa, dispôs, em seu Art. 20, que seria cobrada taxa pelo serviço público de coleta e remoção de lixo proveniente de imóveis. O Art. 21, por sua vez, dispôs que seria devida a taxa pela conservação e limpeza de logradouros públicos. Por fim, o Art. 22 dispôs que as taxas instituídas pelo Município seriam devidas por pessoas naturais e jurídicas, de direito público ou de direito privado.

À luz dos princípios gerais do sistema tributário nacional e das limitações constitucionais ao poder de tributar, é correto afirmar, em relação à Lei nº 123/2018, que são constitucionais:

- (A) apenas os artigos 20 e 22.
- (B) apenas os artigos 20 e 21.
- (C) os artigos 20, 21 e 22.
- (D) apenas o Art. 22.
- (E) apenas o Art. 21.

26

O governador do Estado encaminhou o projeto de lei orçamentária anual à Assembleia Legislativa. Um grupo de Deputados Estaduais, sensibilizado pelos interesses da coletividade, decidiu apresentar uma emenda modificativa ao projeto, de modo a ampliar os recursos destinados a determinado programa na área de saúde, já previsto no projeto.

À luz da sistemática constitucional, sobre a aprovação dessa emenda, que se mostra compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, assinale a afirmativa correta.

- (A) Exige a anulação de despesa, ressalvadas apenas as concernentes às dotações para pessoal e seus encargos e às transferências constitucionais para os Municípios.
- (B) Exige a anulação de despesa, ressalvadas apenas as que digam respeito ao serviço da dívida e às transferências tributárias constitucionais para os Municípios.
- (C) Exige a anulação de despesa, inexistindo óbice à anulação daquelas concernentes à aquisição de bens de capital.
- (D) Exige a anulação de despesa, qualquer que seja a sua natureza.
- (E) Depende tão somente da aquiescência do Chefe do Poder Executivo.

27

Com o objetivo de prestigiar a propriedade privada, a Lei estadual nº 123/2018 dispôs que as concessionárias de energia elétrica deveriam promover a remoção gratuita dos postes de energia elétrica que estejam causando transtornos aos proprietários dos respectivos terrenos.

À luz da divisão de competências prevista na Constituição da República, o referido diploma normativo é

- (A) constitucional, pois compete concorrentemente à União e aos Estados legislar sobre energia e respectivas instalações.
- (B) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre energia e explorar as instalações de energia elétrica.
- (C) constitucional, pois o Estado tem competência para legislar sobre as concessões de energia em seu território.
- (D) inconstitucional, pois compete privativamente aos Municípios legislar sobre matérias de interesse local.
- (E) constitucional, pois compete aos Estados suplementar as normas gerais editadas pela União.

28

Na interpretação constitucional, há um método que atribui ao intérprete o exercício de uma atividade intelectual, que principia com o texto, não desconsiderando o direcionamento e os limites que oferece, e leva em consideração as especificidades do contexto e do caso particular, culminando com o delineamento da norma.

Assinale a opção que indica o método descrito.

- (A) da ponderação.
- (B) da tópica pura.
- (C) da integração.
- (D) concretizador.
- (E) clássico.

29

O juiz de direito, ao fundamentar uma decisão, afirmou que os direitos fundamentais, além de criarem situações jurídicas favoráveis a pessoas em particular, também estabelecem diretrizes para a atuação das estruturas estatais de poder.

O aspecto dos direitos fundamentais suscitado pelo juiz de direito é expressão

- (A) da concepção subjetiva dos direitos fundamentais.
- (B) da perspectiva objetiva dos direitos fundamentais.
- (C) da eficácia horizontal dos direitos fundamentais.
- (D) dos direitos de primeira dimensão.
- (E) do formalismo constitucional.

30

Após longa tramitação processual, o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de controle concentrado de constitucionalidade, considerou inconstitucional, com efeitos *ex tunc*, a Lei Federal X. João, que fora vencido em uma relação processual com base justamente nesse diploma normativo, solicitou que um renomado jurista emitisse parecer a respeito dos efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal em relação à sentença que lhe fora desfavorável.

À luz da sistemática vigente, assinale a opção que apresenta a resposta correta.

- (A) O princípio do juiz natural impede que a decisão proferida pelo STF produza efeitos em outras instâncias do Poder Judiciário.
- (B) A decisão proferida pelo STF somente produzirá efeitos *erga omnes*, alcançando João, caso a Lei Federal X seja suspensa por resolução do Senado Federal.
- (C) Como o STF declarou a inconstitucionalidade com efeitos *ex tunc*, todas as sentenças proferidas com base na Lei Federal X foram automaticamente desconstituídas.
- (D) A decisão proferida pelo STF não produz efeitos automáticos em relação à sentença desfavorável a João, sendo necessária a interposição de recurso ou o manejo de ação rescisória.
- (E) Ainda que a sentença desfavorável a João tenha transitado em julgado, ela é inoponível à decisão proferida pelo STF, desde que esta tenha dado origem a uma súmula vinculante.

Direito Administrativo

31

Um deputado estadual de Rondônia, com o objetivo de aumentar a fiscalização das contas da cidade de Porto Velho, apresentou proposta de emenda à Constituição Estadual autorizando o Município da capital a criar um Tribunal de Contas, como órgão municipal, para exercer competências até então do Tribunal de Contas Estadual.

Instado a se manifestar sobre a juridicidade e constitucionalidade da proposta, o advogado da Assembleia deve direcionar seu parecer no sentido da

- (A) inconstitucionalidade da proposta, por simetria à Constituição Federal, que extinguiu os Tribunais de Contas existentes à época da constituinte de 1988 e proibiu a atual criação de novos Tribunais de Contas no âmbito municipal.
- (B) inconstitucionalidade da proposta, pois a Constituição Federal proibiu a criação de Tribunal de Contas nos municípios, ressalvada a possibilidade de criação de Tribunal de Contas do Município de Porto Velho, como órgão estadual.
- (C) inconstitucionalidade da proposta, pois a Constituição Federal proibiu a criação de Tribunais de Contas dos Municípios, seja como órgão municipal, seja como órgão estadual.
- (D) constitucionalidade da proposta, haja vista que os Estados membros têm independência e autonomia para seu autogoverno e autoadministração, em respeito ao princípio do pacto federativo.
- (E) constitucionalidade da proposta, desde que haja prévia concordância do poder público municipal de Porto Velho, a fim de que não haja vício formal de iniciativa no processo legislativo.

32

Fernando, ocupante do cargo efetivo de advogado da Assembleia Legislativa de Rondônia, exarou parecer jurídico que, aprovado, embasou ato administrativo final praticado pelo Presidente da Casa Legislativa, que causou dano a terceiro.

Em seguida, o Poder Judiciário declarou a nulidade do ato administrativo final praticado, por não concordar com a tese jurídica que o motivou e reconheceu o dolo do agente que produziu o ato administrativo final.

No caso em tela, com base nos ensinamentos doutrinário e jurisprudencial sobre advocacia pública consultiva, em regra, Fernando

- (A) deve ser responsabilizado solidariamente com o agente que produziu o ato administrativo final, decidindo pela aprovação do parecer, independentemente da comprovação do dolo ou culpa do advogado público.
- (B) deve ser responsabilizado solidariamente com o agente que produziu o ato administrativo final, decidindo pela aprovação do parecer, desde que comprovada a existência de dano ao erário, independentemente da análise do elemento subjetivo.
- (C) deve ser responsabilizado solidariamente com o agente que produziu o ato administrativo final, decidindo pela aprovação do parecer, desde que comprovada a existência de dano ao erário e a culpa ou dolo do advogado público.
- (D) não deve ser considerado solidariamente responsável com o agente que produziu o ato administrativo final, decidindo pela aprovação do parecer, em qualquer hipótese, pois agiu com independência funcional, observada a inviolabilidade por seus atos no exercício da função pública.
- (E) não deve ser considerado solidariamente responsável com o agente que produziu o ato administrativo final, decidindo pela aprovação do parecer, exceto se comprovado que o advogado público agiu com dolo ou erro grosseiro injustificável.

33

A Assembleia Legislativa aprovou lei estadual declarando determinada área de utilidade pública para fins de desapropriação.

Por não concordar com a desapropriação de seu imóvel, o particular interessado ingressou com ação judicial e comprovou que tal lei, em verdade, não atendia ao interesse público e que sofreu danos materiais por sua aprovação, por ter perdido oportunidade de vender o imóvel a terceira pessoa por preço mais elevado.

No caso em tela, comprovados o ato ilícito, onexo causal e o dano ao particular,

- (A) não incide a responsabilidade civil do Estado, seja objetiva, seja subjetiva, pois o ato legislativo, por sua natureza, não é suscetível de ensejar pleitos indenizatórios.
- (B) não incide a responsabilidade civil do Estado, seja objetiva, seja subjetiva, pois o ato legislativo está sujeito apenas ao regime jurídico de controle de constitucionalidade.
- (C) incide a responsabilidade civil objetiva do Estado, por se tratar de lei de efeitos concretos que não estabelece normas gerais e abstratas, constituindo verdadeiro ato administrativo.
- (D) incide a responsabilidade civil subjetiva do Estado, por se tratar de ato legislativo típico, que apenas admite indenização se comprovado o dolo ou culpa do agente público.
- (E) incide a responsabilidade civil objetiva do Estado, por se tratar de ato legislativo típico, sendo necessária a comprovação do elemento subjetivo dos agentes públicos envolvidos no ato.

34

Determinada sociedade empresária figura como permissionária estadual para prestação do serviço público de transporte público coletivo, mediante a assinatura de termo de permissão originário anterior a 1988, que sofreu inúmeros termos aditivos para sua prorrogação.

Por entender que as tarifas estão deficitárias, causando desequilíbrio econômico e financeiro da permissão, a permissionária ajuizou ação indenizatória em face do Estado.

De acordo com a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, o pleito do particular

- (A) não merece prosperar, pois é indispensável a realização de prévio procedimento licitatório para que se possa cogitar de indenização aos permissionários de serviço público em razão de tarifas deficitárias.
- (B) não merece prosperar, pois o valor do preço público é estabelecido de forma imutável em cada termo aditivo de prorrogação da permissão, não havendo que se falar em desequilíbrio econômico e financeiro superveniente.
- (C) merece prosperar, pois se aplica o princípio da continuidade dos serviços públicos que não podem ser interrompidos em razão de desequilíbrio econômico e financeiro superveniente da permissão.
- (D) merece prosperar, pois se aplica o princípio da atualidade do serviço público que significa que as tarifas devem ser módicas de maneira a não onerar excessivamente o usuário e permitir que permaneça lucrativa para o permissionário.
- (E) merece prosperar, pois a lei das concessões e permissões estabelece que deve ser assegurado o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, que deve ser lucrativo para o particular permissionário.

35

O Presidente de uma Assembleia Legislativa, por estar sobrecarregado de trabalho, delegou para o 1º Vice Presidente, com a concordância deste, competência para decidir de recurso hierárquico interposto contra decisão de Presidente de Comissão, em questão de ordem por este resolvida.

O mencionado ato administrativo de delegação é

- (A) lícito, eis que o Presidente da Assembleia agiu no regular exercício de seu poder regulamentar, na medida em que editou norma geral e abstrata.
- (B) lícito, eis que o Presidente da Assembleia agiu no regular exercício de seu poder hierárquico, delegando competência de ato devidamente especificado para inferior hierárquico.
- (C) lícito, eis que o Presidente da Assembleia agiu no regular exercício de seu poder disciplinar, pois possui prerrogativa para regulamentar o exercício de suas próprias atribuições.
- (D) nulo, eis que causará vício de competência, por excesso de poder para o 1º Vice Presidente, pois a decisão de recurso hierárquico é indelegável.
- (E) nulo, eis que causará vício de hierarquia, pois o ato apenas poderia ser delegado para autoridade hierarquicamente superior ao agente delegado.

36

Sobre as competências do Tribunal de Contas do Estado, de acordo com a Constituição Estadual de Rondônia, assinale a afirmativa correta.

- (A) Apreciar as contas prestadas a cada quatro anos pelo Governador do Estado, referente a um mandato completo, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento.
- (B) Enviar à Assembleia Legislativa o plano plurianual de investimentos, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas na Constituição Estadual.
- (C) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, exceto o Poder Judiciário.
- (D) Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada a ilegalidade, sustando, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa.
- (E) Representar ao Poder Executivo para fins de aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário público.

37

Em matéria de regime jurídico dos conselhos de fiscalização profissionais, que têm natureza jurídica de autarquias especiais, o Supremo Tribunal Federal firmou tese em repercussão geral pelo plenário, no sentido de que

- (A) não se aplica a obrigatoriedade de concurso público para ingresso de pessoal.
- (B) não se aplica o regime dos precatórios para pagamentos de dívidas decorrentes de decisão judicial.
- (C) não se aplica o teto constitucional de remuneração dos servidores e têm personalidade jurídica de direito privado.
- (D) têm natureza de pessoa jurídica de direito privado e não se submetem a controle pelos tribunais de contas.
- (E) integram a administração pública direta e exercem poder de polícia nas modalidades fiscalizatória e sancionatória.

38

Maurício é ocupante exclusivamente de cargo em comissão na Assembleia Legislativa de Rondônia e exerce função de assessoramento parlamentar no gabinete de determinado Deputado Estadual.

Durante o período de licença de Maurício, a sociedade empresária X, da qual o servidor figura como sócio, requereu sua habilitação em procedimento licitatório perante a Casa Legislativa.

Sobre o caso narrado, de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não é lícita a participação da sociedade empresária X na licitação, ainda que o servidor esteja de licença e seja ocupante de cargo em comissão lotado fora do setor da comissão de licitação.
- (B) Não é lícita a participação da sociedade empresária X na licitação, exceto se o servidor comprovar que não é sócio majoritário ou administrador da sociedade e que não participará como servidor da licitação.
- (C) É lícita a participação da sociedade empresária X na licitação, desde que não haja qualquer favorecimento pessoal à sociedade empresária X e que sejam observadas as normas da lei de licitação.
- (D) É lícita a participação da sociedade empresária X na licitação, haja vista que a proibição legal se refere a servidores ocupantes de cargos efetivos ou que estejam lotados na comissão de licitação.
- (E) É lícita a participação da sociedade empresária X na licitação, para garantir o princípio da competitividade e viabilizar a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, vedado qualquer favorecimento direto ou indireto.

39

A deputada estadual Maria, à época Presidente da Assembleia Legislativa, no exercício dessa função, firmou contratação direta com determinada sociedade empresária, mediante dispensa de licitação fora das hipóteses legais.

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em tese, Maria praticou

- (A) ato de improbidade administrativa, desde que haja a comprovação imprescindível de seu dolo (específico) ou má-fé, e que tenha ocorrido efetivo prejuízo aos cofres públicos.
- (B) ato de improbidade administrativa, desde que haja a comprovação imprescindível de seu dolo (que pode ser genérico), e que tenha ocorrido efetivo prejuízo aos cofres públicos.
- (C) ato de improbidade administrativa, desde que haja a comprovação imprescindível de que a agente auferiu vantagem patrimonial indevida em razão da contratação ilícita ou de que houve dano ao erário.
- (D) ato de improbidade administrativa, que gerou lesão ao erário (dano *in re ipsa*), na medida em que o poder público perdeu a oportunidade de contratar melhor proposta.
- (E) ato de improbidade administrativa, cujas sanções são, dentre outras, a perda dos valores acrescidos ilícitamente ao patrimônio, a cassação dos direitos políticos e multa civil de até duas vezes o dano ao erário.

40

João, servidor público ocupante de cargo efetivo no Poder Executivo do Estado de Rondônia, requereu sua aposentadoria, por entender que preencheu os requisitos legais para tal.

Em matéria de controle da Administração Pública e com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, o ato de concessão inicial de aposentadoria de João deve

- (A) passar pelo crivo do próprio Poder Executivo, em sede de controle interno, não tendo os Poderes Judiciário e Legislativo qualquer interferência na matéria, pelo princípio da separação dos poderes.
- (B) passar pelo indispensável crivo do Poder Judiciário, em sede de controle externo, para análise da legalidade e juridicidade do ato, mediante indispensável e prévio contraditório e ampla defesa.
- (C) ter sua legalidade e juridicidade apreciadas pelo Tribunal de Contas estadual, mediante indispensável e prévio contraditório e ampla defesa.
- (D) ter sua legalidade apreciada pelo Tribunal de Contas estadual, órgão auxiliar do Poder Legislativo, sem necessidade de prévio contraditório e ampla defesa.
- (E) passar pelo indispensável e formal crivo dos Poderes Judiciário e Legislativo, em sede de controle externo, para fins de registro, com análise da legalidade do ato.

Direito Processual Civil

41

Proposta demanda em que o autor visa apenas à concessão de tutela de urgência de natureza cautelar, o réu, depois de citado, ofertou contestação em que suscitou, entre outras matérias defensivas, a ocorrência da prescrição, a fulminar o próprio direito subjetivo afirmado na inicial.

Na sequência, o juiz proferiu sentença em que reconhecia a prescrição, decisão esta que, à falta de interposição de qualquer recurso, transitou em julgado. O autor, pouco tempo depois, intentou demanda em que formulou o pedido principal.

O juiz da causa deve

- (A) julgar extinto o processo, sem resolução do mérito, haja vista o óbice da coisa julgada material.
- (B) conhecer do mérito do processo, pois a sentença proferida no feito precedente não deu azo à formação da coisa julgada material.
- (C) conhecer do mérito do processo, desde que a petição inicial tenha sido instruída com prova nova.
- (D) julgar extinto o processo, sem resolução do mérito, haja vista o óbice da litispendência.
- (E) suspender o curso do processo, até que o autor pleiteie e obtenha, em ação impugnativa autônoma, a desconstituição da sentença proferida no feito precedente.

42

Não é impugnável por ação rescisória a decisão que

- (A) julga procedente pedido formulado pelo Ministério Público em ação civil pública.
- (B) acolhe antecipadamente um dos dois pedidos formulados, sem prejuízo do prosseguimento do feito, rumo à fase instrutória, para o futuro julgamento do outro pedido.
- (C) julga procedente pedido formulado em mandado de segurança.
- (D) julga procedente pedido formulado em ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.
- (E) pronuncia a prescrição da pretensão deduzida em ação condenatória proposta em face da Fazenda Pública.

43

Proprietário de imóvel situado em Vilhena, tendo sido informado de que o mesmo fora invadido por uma pessoa, intentou ação de reintegração de posse em desfavor da mesma.

A petição inicial, distribuída na Comarca de Porto Velho, onde o autor é domiciliado, recebeu juízo positivo de admissibilidade. Uma vez citado, deve o réu

- (A) suscitar o vício da incompetência relativa, como preliminar de contestação.
- (B) suscitar o vício da incompetência relativa, pela via da exceção.
- (C) suscitar o vício da incompetência absoluta, como preliminar de contestação.
- (D) suscitar o vício da incompetência absoluta, pela via da exceção.
- (E) abster-se de suscitar o tema da competência, pois a ação foi proposta no foro correto.

44

No que concerne à ação popular, disciplinada na Lei nº 4.717/65, assinale a afirmativa correta.

- (A) A sentença que reconhece o fenômeno da carência de ação está sujeita ao reexame necessário.
- (B) A sentença que rejeita o pedido, por insuficiência de provas, dá azo à formação da coisa julgada material.
- (C) A pessoa jurídica de direito público não pode, depois de citada, aderir ao pleito autoral.
- (D) O Ministério Público não pode assumir, no curso da relação processual, o seu polo ativo.
- (E) O cidadão, embora tenha legitimidade para propor a demanda, não a tem para interpor recursos.

45

Nos autos da demanda que propôs em face de João, Carlos se dá conta de que as suas chances de vitória são inexistentes, pois o direito em disputa, efetivamente, assiste ao réu.

Já supondo que João não concordaria com sua eventual manifestação de desistência da ação, Carlos resolve, antes da prolação da sentença, revogar o mandato outorgado ao seu único advogado.

O juiz da causa, então, determina a intimação do autor para regularizar a sua representação processual, o que deliberadamente não foi atendido.

Nesse cenário, o juiz deve

- (A) decretar a nulidade do feito.
- (B) julgar extinto o feito, sem resolução do mérito.
- (C) suspender o feito, até que o vício processual seja sanado.
- (D) nomear curador especial para patrocinar a causa de Carlos.
- (E) julgar o *meritum causae*, rejeitando o pedido de Carlos.

46

Joana, após tomar conhecimento de que seu marido João mantinha uma relação extraconjugal com Maria, propôs ação de separação judicial com fundamento neste fato. O pedido, no primeiro grau, foi julgado improcedente, em razão da insuficiência de provas. Ainda no prazo recursal, João agrediu Joana na presença de várias pessoas.

Em apelação, a autora pugnou pela reforma da sentença, não só pela infidelidade do réu, mas também pela violência doméstica por ele perpetrada.

Nesse cenário, é correto afirmar que o tribunal

- (A) poderá dar provimento ao recurso sob o fundamento da violência doméstica, já que as questões de fato não suscitadas no juízo inferior poderão sê-lo na apelação, se a parte provar que deixou de alegá-las por motivo de força maior.
- (B) deverá, antes de julgar o mérito recursal, intimar a parte ré para que se manifeste sobre a violência doméstica alegada, podendo, na sequência, dar provimento ao recurso por tal fundamento.
- (C) não poderá reconhecer a violência doméstica como fundamento de fato do pedido de separação, já que a demanda se encontra objetivamente estabilizada, sob o fundamento da infidelidade conjugal.
- (D) deverá mandar baixar os autos ao juízo de origem, para que este se manifeste especificamente sobre a nova causa de pedir suscitada, sob pena de se incorrer em supressão de instância.
- (E) não poderá reformar a sentença, sendo o caso de reconhecer o vício formal da apelação, por ensejar uma inovação ilegal no processo, o que é vedado pelo ordenamento jurídico.

47

Credor de uma obrigação, um ano depois de ter tido ciência da sentença que julgou extinto o processo por falta de interesse de agir, decisão que restou irrecorrida, deu-se conta de que o juízo prolator daquela sentença era absolutamente incompetente. Nesse cenário, é-lhe possível

- (A) impetrar mandado de segurança, sob o fundamento da incompetência absoluta do juízo originário.
- (B) interpor recurso de apelação, já que há *error in procedendo*, vício que afasta a preclusão temporal.
- (C) propor ação anulatória, já que a sentença é terminativa e não há coisa julgada material.
- (D) interpor reclamação, uma vez que houve usurpação da competência do órgão jurisdicional de segundo grau.
- (E) propor, perante o juízo competente, e em face do mesmo réu, nova ação de cobrança.

48

Determinado credor ajuizou ação de cobrança em face do devedor, postulando a condenação deste ao pagamento da quantia de cem mil reais, relativa ao crédito derivado de um contrato de mútuo.

Na sessão de conciliação, as partes não obtiveram a auto composição. Transcorrido o prazo legal, o réu não apresentou contestação, o que lhe valeu o decreto de revelia. Na sequência, o devedor ajuizou, em face do credor, ação declaratória de inexistência do contrato de mútuo.

Nesse cenário, o feito correspondente à demanda declaratória deve ser

- (A) reunido com o primeiro, em razão da conexão.
- (B) reunido com o primeiro, em razão da continência.
- (C) julgado extinto, sem resolução do mérito.
- (D) julgado extinto, com resolução do mérito.
- (E) regularmente processado, após ser submetido à livre distribuição.

Direito Financeiro e Tributário

49

Um imóvel de propriedade do Estado ABC está regularmente alugado para uma empresa privada que nele explora atividade hoteleira. No ano de 2018, a empresa recebeu notificação do Município XYZ para pagamento de IPTU referente ao imóvel alugado, sob a alegação de que o Código Tributário Municipal prevê o locatário comercial como contribuinte de IPTU.

Diante desse cenário, e à luz da mais recente jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) Tal cobrança é indevida, pois este locatário comercial, na qualidade de mero possuidor sem *animus domini*, não poderia ser definido como contribuinte do IPTU.
- (B) Por ser o imóvel de propriedade do Estado ABC, não é possível a cobrança de IPTU do locatário comercial, mas apenas do proprietário.
- (C) O proprietário do imóvel (Estado ABC) e o seu locatário (empresa hoteleira) podem responder solidariamente pelo débito de IPTU.
- (D) Tal cobrança é devida, pois o locatário comercial explora atividade econômica com fins lucrativos.
- (E) O IPTU não poderá ser cobrado do locatário comercial, uma vez que o imóvel pertence a um Estado-membro da Federação, o qual goza de imunidade tributária.

50

A Fazenda Pública Nacional ajuíza execução fiscal contra o Estado ABC em razão de inadimplemento de contribuição de melhoria referente a obras federais que valorizaram imóveis pertencentes ao Estado.

Em embargos à execução, o Estado busca desconstituir o débito, alegando a inconstitucionalidade da cobrança, mas sem oferecer qualquer garantia e sem ter havido penhora de seus bens. Em curso a execução, o Estado necessita de certidão federal positiva com efeitos de negativa, a qual lhe é negada sob o argumento de haver débito tributário cuja exigibilidade não está suspensa.

Diante desse quadro e à luz da mais recente jurisprudência do STF e do STJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em razão da imunidade tributária recíproca do Estado-membro, tal cobrança de contribuição de melhoria é indevida, devendo a execução fiscal ser extinta e emitida uma certidão federal negativa.
- (B) A certidão federal positiva com efeitos de negativa, durante o curso da execução fiscal, somente poderia ser emitida em favor do Estado caso houvesse garantia ou penhora de bens, como forma de suspender a exigibilidade do crédito tributário.
- (C) O Estado, mesmo em curso a execução fiscal, faz jus à expedição da certidão federal positiva com efeitos de negativa, independentemente de garantia ou penhora.
- (D) O Estado poderá oferecer embargos à execução, independentemente de garantia ou penhora, mas a ausência de garantia ou de penhora impede a emissão da certidão federal positiva com efeitos de negativa.
- (E) Por se tratar a execução fiscal de procedimento regido por lei específica (Lei nº 6.830/80), a ausência de garantia ou de penhora impede a oferta de embargos à execução pelo referido Estado.

51

Acerca do processo administrativo tributário perante o Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais (TATE) do Estado de Rondônia, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Não se compreendem na competência do TATE as questões relativas ao reconhecimento de isenções e restituições de tributos.
- () Ao TATE compete apenas o julgamento em segunda instância administrativa dos recursos contra decisões prolatadas em primeira instância.
- () As decisões reiteradas e uniformes do TATE serão consubstanciadas em súmula.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V - V - V.
- (B) F - V - V.
- (C) F - F - V.
- (D) V - F - V.
- (E) V - V - F.

52

O Estado ABC pretende firmar convênio com a União para transferência voluntária de verbas para a área de segurança pública. Contudo, a Assembleia Legislativa estadual estava descumprindo os limites com despesas de pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) por mais de um ano. Por isso, a União se recusou a firmar o convênio para liberação das verbas.

Diante desse quadro, e à luz da jurisprudência consolidada do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Estado ABC não poderá sofrer a sanção de recusa de transferência das verbas federais em razão de ato da Assembleia Legislativa estadual, por esta última constituir um órgão autônomo.
- (B) Por ser a Assembleia Legislativa estadual um órgão legislativo integrante da Administração Direta estadual, seu descumprimento dos limites com despesas de pessoal impedirá o recebimento de transferências voluntárias por parte do Estado ABC.
- (C) As transferências voluntárias para o Estado ABC somente serão possíveis se o percentual excedente de despesas com pessoal for eliminado pela Assembleia Legislativa estadual nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro quadrimestre.
- (D) Caso a despesa total com pessoal exceda a 95% (noventa e cinco por cento) do limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado ABC ficará impedido de receber transferências voluntárias pelo prazo de 1 (um) ano.
- (E) O descumprimento dos limites com despesas de pessoal pela Assembleia Legislativa estadual autoriza o Poder Executivo estadual a realizar limitação de empenho referente a esses gastos com o fim de poder receber as transferências voluntárias de verbas federais.

53

O Estado ABC pretende contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), instituição financeira internacional.

Diante desse quadro e à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Em caso de oferta de garantia pela União, a contragarantia exigida pelo ente federal ao Estado não poderá consistir em receitas tributárias diretamente arrecadadas.
- () Tal operação de crédito dependerá de prévia e expressa autorização inserida no texto da lei orçamentária estadual, em créditos adicionais ou em lei estadual específica.
- () Será necessária autorização do Senado Federal para esta contratação.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V - V - V.
- (B) F - V - V.
- (C) F - F - V.
- (D) V - F - V.
- (E) V - V - F.

54

A União, desejando implementar política pública de fomento ao povoamento do interior do país, concedeu isenção de IPTU no território de alguns Municípios pouco populosos situados no Estado X.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) A União pode conceder tal isenção, por ser ela a principal responsável pela promoção das políticas de redução das desigualdades regionais, objetivo fundamental da República.
- (B) A União pode conceder tal isenção, desde que compense os Municípios afetados mediante transferências voluntárias.
- (C) A União pode conceder tal isenção, desde que por meio de resolução do Senado Federal aprovada por maioria absoluta dos senadores.
- (D) O Estado ABC, e não a União, é o ente federado competente para conceder tais isenções relativas a tributo de competência dos Municípios situados no território estadual.
- (E) A União não pode conceder tal isenção, por violar a autonomia municipal.

Direito Civil, Empresarial e Relação de Consumo

55

Sobre o negócio jurídico, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Código Civil apresenta os requisitos do negócio jurídico, dentre os quais é incluída a causa.
- (B) O falso motivo em um contrato será, em regra, irrelevante para a perfeição do negócio jurídico.
- (C) O direito brasileiro não admite a ocorrência de dolo por omissão, pois não há possibilidade de indução em erro quando a pessoa não manifesta a vontade de modo explícito.
- (D) O silêncio não pode significar anuência, pois juridicamente quem cala não consente.
- (E) Se a lesão ficar caracterizada em um negócio jurídico, não poderá o juiz reconhecer a sanatória do ato.

56

Sobre a teoria geral do Direito Civil, analise as afirmativas a seguir.

- I. Em uma interpretação do Direito Civil conforme a Constituição Federal é inexigível o consentimento da pessoa biografada em relação a obras biográficas literárias ou audiovisuais.
- II. Para fins de desconsideração da personalidade jurídica, o Código Civil adotou a denominada teoria maior.
- III. O protesto cambial é causa suficiente para a interrupção da prescrição da pretensão creditícia.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

57

Antônio, ao transitar com seu veículo automotor na correta faixa de direção do meio, entre três pistas, sofre uma fechada de Bento, o que o obriga a invadir a pista ao lado. Em razão disso, o carro de Antônio colide com o veículo dirigido por Carlos, que trafegava tranquilamente na pista de direção invadida, causando-lhe danos materiais, morais e estéticos.

Diante da dinâmica do evento apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A vítima Carlos somente poderá demandar do causador mediato Bento, pois a dinâmica do evento deixa claro que Antônio agiu em estado de necessidade.
- (B) A questão envolve responsabilidade civil subjetiva na qual há que se buscar no caso concreto quem efetivamente agiu culposamente, sendo este o único a responder pelo dano.
- (C) Independentemente da prova de culpa, a vítima pode pedir indenização por danos materiais cumulado com moral e estético de Antônio, sendo legítimo a este regredir em face de Bento.
- (D) A vítima pode demandar pedido indenizatório integral em face de ambos com fundamento na teoria do risco criado.
- (E) Antônio e Bento concorreram culposamente para o evento danoso, logo a indenização integral deve ser fixada tendo-se em conta a gravidade da culpa de cada um dos causadores.

58

Com relação ao direito dos contratos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O mandato conferido com a cláusula “em causa própria” é irrevogável e não se extingue pela morte do mandante nem do mandatário.
- II. É nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- III. Ao transportador incumbe o ônus de provar a excludente do fato de terceiro com vistas a exonerar-se do dever de indenizar o passageiro que sofreu dano no trajeto.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

59

Gumercindo recebeu como locatário, no ano de 1978, a posse direta de um imóvel. Ele assumiu todas as obrigações decorrentes, até 1988, ocasião em que, com o falecimento do locador e não tendo quem se apresentasse como sucessor, parou de pagar o aluguel. Gumercindo construiu no terreno do imóvel uma nova acessão que, desde 1990, passou a ser utilizada por sua filha e seu genro.

Ocorre que no ano de 2018, Juventino se apresenta como neto do antigo locador e como único herdeiro deste e ajuíza ação de despejo, buscando reaver o bem.

Admitindo os fatos como provados, assinale a afirmativa correta.

- (A) Gumercindo pode pleitear indenização pelas acessões e benfeitorias que realizou de boa fé, mesmo que tenha renunciado a tal direito no contrato.
- (B) O exercício do direito potestativo à purga da mora deverá contemplar os alugueres em atraso desde o ano de 1988.
- (C) A retomada do bem pode ser evitada pela interversão do caráter da posse.
- (D) Em razão do decurso do tempo, o direito de retomada do imóvel se encontra prescrito.
- (E) Pelo princípio da relatividade contratual, a filha e o genro de Gumercindo não podem sofrer o pedido de retomada, pois são pessoas estranhas ao contrato de locação.

60

Simprônio foi vítima de esbulho possessório do imóvel que titularizava pelo vício da clandestinidade perpetrado por Mévio que, tendo o bem sob seu poder, alienou onerosamente a posse para um terceiro que, de plano, cuidou de edificar um imóvel para utilizá-lo como moradia.

Diante desse quadro, assinale a afirmativa correta.

- (A) Simprônio tem direito a reintegrar-se na posse do imóvel, independente da boa fé do terceiro adquirente.
- (B) Em se tratando de aquisição clandestina da posse, Simprônio poderá se valer do desforço pessoal, desde que o realize imediatamente ao momento em que tome conhecimento do esbulho.
- (C) Simprônio somente tem direito a propor ação indenizatória em face do esbulhador.
- (D) A onerosidade da alienação inviabiliza o pleito de reintegração na posse em face do terceiro.
- (E) Simprônio pode intentar ação de reintegração de posse ou indenizatória em face do terceiro que recebeu a coisa esbulhada sabendo que o era.

61

Assinale a afirmativa correta.

- (A) Para que seja válido e eficaz, o compromisso de compra e venda de bem imóvel deverá revestir a forma pública.
- (B) A lei brasileira proíbe a realização de promessa de doação, padecendo de nulidade de pleno direito a realização de tal ato.
- (C) O companheiro participará da sucessão do outro quanto aos bens adquiridos onerosamente na união estável e se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída ao filho.
- (D) Pelo regime da comunhão parcial de bens, comunicam-se os proventos do trabalho pessoal do cônjuge.
- (E) No usufruto simultâneo contemplando duas pessoas conjuntamente e decorrente de testamento, falecendo um dos co-legatários, a parte do que faltar, em regra, acrescerá ao sobrevivente.

62

Zulmira adquiriu de uma loja de eletrodomésticos um televisor com vício de fabricação por não projetar a imagem na qualidade oferecida pelo fabricante.

Diante dessa situação, assinale a afirmativa correta.

- (A) Se o fornecedor não sanar o vício no prazo de trinta dias, ao consumidor assistirá apenas o direito potestativo de pedir a substituição do produto por outro da mesma espécie ou pleitear o abatimento proporcional do preço.
- (B) Apenas o fabricante responde pelo vício do produto, salvo se este não puder ser identificado pela consumidora.
- (C) O consumidor poderá reclamar pelos vícios do produto sempre que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou as características do produto ou diminuir-lhe o valor.
- (D) O consumidor tem o prazo prescricional de cinco anos para exercer a pretensão de reclamar pelo vício do produto.
- (E) O prazo prescricional poderá ser interrompido mediante a apresentação de reclamação formulada pelo consumidor perante o fornecedor do produto até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca.

63

Com relação ao estudo do direito dos danos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O dano imaterial decorrente da prática de *bullying*, também chamado de assédio escolar, pode acarretar a responsabilidade civil dos genitores da criança que o pratica, assim como do estabelecimento de ensino.
- II. Uma pessoa privada completamente de discernimento não pode sofrer dano moral por ofensa ao direito à imagem.
- III. Se um objeto cai de uma janela de um apartamento edifício e não é possível identificar a unidade de onde o mesmo foi lançado, a vítima do dano pode demandar do condomínio, aplicando-se no caso a teoria da causalidade alternativa.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, somente.
- (B) III, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) I, II e III.

64

Sobre títulos de crédito, analise as afirmativas a seguir.

- I. A lei brasileira permite que se faça um endosso parcial, desde que seja tal circunstância anotada no verso do título de crédito transferido.
- II. Nos títulos de crédito ao portador, a prestação é devida ainda que o documento tenha entrado em circulação contra a vontade do emitente.
- III. Em relações jurídicas regidas pelo direito comum, é válida a cláusula pela qual o avalista se responsabiliza por parte do pagamento da dívida.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) II e III, somente.

Direito Previdenciário

65

João Silva, servidor público efetivo do Estado de Rondônia, após completar exatos vinte anos de efetivo serviço público no aludido Estado e no mesmo cargo público, ingressa, em julho de 2018, com seu pedido de aposentadoria por idade, uma vez ter completado 65 anos de idade. João não possuía qualquer tempo de contribuição anterior ao ingresso no cargo público.

Sobre essa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) João tem direito ao benefício, que deve ser requerido junto ao Instituto Nacional do Seguro Social, já que filiado obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social.
- (B) João não possui direito ao benefício, pois deve alcançar, no mínimo, 35 anos de contribuição para fins de aposentadoria voluntária.
- (C) João tem direito ao benefício, que será necessariamente de valor idêntico a sua última remuneração no serviço público.
- (D) João tem direito ao benefício, que será calculado proporcionalmente ao seu tempo de contribuição.
- (E) João não possui direito ao benefício, pois deve completar 75 anos.

66

Em dezembro de 1998, foi aprovada importante reforma previdenciária no Brasil, a qual inseriu diversas inovações no texto constitucional.

Dentre as mudanças realizadas em 1988, assinale a afirmativa correta.

- (A) Realizada por meio da Emenda Constitucional nº 20, ela inovou nas idades mínimas de todas as aposentadorias, incluindo o Regime Geral de Previdência Social.
- (B) Colocou fim às regras de paridade e integralidade remuneratórias nos Regimes Próprios de Previdência Social de Servidores Públicos.
- (C) Impediu que servidores públicos vinculados a Regime Próprio de Previdência Social fossem, simultaneamente, segurados facultativos do Regime Geral de Previdência Social.
- (D) Criou a aposentadoria compulsória para servidores públicos aos 70 anos de idade.
- (E) Não previa regras transitórias de aposentadoria voluntária nos Regimes Próprios de Previdência Social.

67

João Lima, advogado autônomo, sem qualquer vínculo público anterior, é nomeado Secretário de Segurança Pública do Estado de Rondônia. A sua remuneração mensal é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Sobre essa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) João, que já possuía 69 anos de idade na data de nomeação, deverá se aposentar compulsoriamente no ano seguinte e ser substituído por outra pessoa, a livre critério do Governador do Estado.
- (B) A contribuição previdenciária de João será sobre a totalidade de sua remuneração como Secretário de Governo.
- (C) João, com 69 anos, já pode se aposentar, apesar de possuir apenas cinco anos de contribuição ao longo de toda a sua vida.
- (D) João poderá se vincular ao Regime Próprio de Previdência estadual, desde que expresse esse desejo em até 30 dias após sua nomeação como secretário.
- (E) João, na sua atual condição, é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, na condição de segurado empregado.

68

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia aprecia projeto de lei sobre a previdência dos servidores públicos estaduais.

As opções listadas a seguir fazem parte do projeto. Assinale a que é compatível com a Constituição de 1988.

- (A) Previsão de aposentadoria antecipada para policiais civis.
- (B) Equiparação das idades de aposentadoria voluntária para homens e mulheres.
- (C) Eliminação da aposentadoria compulsória para servidores do Estado.
- (D) Previsão de alíquota de contribuição dos servidores de 10% sobre as respectivas remunerações.
- (E) Exigência de somente cinco anos de efetivo exercício público para qualquer aposentadoria.

69

Antônio Lopes, servidor público efetivo do Estado de Rondônia, ingressou em cargo público em janeiro de 1995, aos 30 anos de idade. Antes de ingressar no serviço público, trabalhou como advogado empregado de uma multinacional por um ano. O tempo de contribuição respectivo foi devidamente averbado no Regime Próprio Estadual.

Sobre a situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Antônio já pode se aposentar no Regime Previdenciário estadual.
- (B) Antônio já pode se aposentar, mas somente nas regras gerais da Constituição de 1998, ou seja, sem qualquer direito à integralidade e paridade remuneratória.
- (C) Antônio somente poderá receber aposentadoria voluntária com proventos integrais e paridade remuneratória ao completar 65 anos de idade.
- (D) Antônio não poderá ser atingido por qualquer reforma previdenciária que venha a tomar lugar em 2019, pois possui desde já, direito adquirido à aposentadoria proporcional.
- (E) Antônio poderá ser submetido ao regime de previdência complementar dos servidores estaduais, de acordo com livre opção e desde que atendidos os demais requisitos legais.

70

Sobre os Regimes Próprios de Previdência Social de Servidores Públicos, é correto afirmar que

- (A) não possuem natureza previdenciária, pois a concessão de benefícios independe de contribuição social;
- (B) permitem a filiação de quaisquer pessoas que prestem serviço ao ente público.
- (C) Não permitem filiação simultânea ao Regime Geral de Previdência Social.
- (D) Não podem ser criados em Municípios, mas somente em Estados e no Distrito Federal.
- (E) Exigem idade mínima para fins de aposentadoria voluntária.

Direito Penal e Processual Penal

71

Mévio, deputado estadual, estava de férias com sua família em embarcação brasileira, de natureza privada, na França, quando acabou por praticar um crime de lesão corporal grave contra um francês que foi desrespeitoso com seus filhos. Dias após do delito, Mévio retornou ao Brasil sem que os fatos chegassem ao conhecimento das autoridades francesas, mas, em razão de gravações por câmeras de celulares, o Ministério Público tomou conhecimento dos fatos.

Considerando apenas as informações narradas, é correto afirmar que Mévio

- (A) não poderá vir a ser julgado no Brasil, já que o Código Penal adota o princípio da territorialidade e o crime foi praticado em território estrangeiro.
- (B) não poderá vir a ser julgado no Brasil, pois, apesar de o Código Penal prever hipóteses de extraterritorialidade, Mévio não estava a serviço da Administração e a vítima era estrangeira.
- (C) poderá vir a ser julgado no Brasil, ainda que já houvesse sido julgado no estrangeiro, diante da extraterritorialidade incondicionada justificada por ser funcionário público, mas eventual pena aplicada na França atenuaria a imposta no Brasil.
- (D) poderá vir a ser julgado no Brasil, sendo indispensável que, dentre outras condições, o autor ingresse no país e não tenha sido absolvido na França.
- (E) poderá vir a ser julgado no Brasil, pois, apesar de o Código Penal não prever causas de extraterritorialidade, aplica-se o princípio da territorialidade, já que a embarcação privada brasileira é considerada território nacional.

72

Os crimes previstos no Código Penal e na legislação extravagante podem ser classificados levando-se em consideração diversos fatores, como conduta, resultado, sujeito ativo, dentre outros.

Sobre o tema em questão, de acordo com a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que os crimes classificados como

- (A) omissivos impróprios não admitem tentativa.
- (B) próprios não admitem responsabilização de eventual partícipe que não possua a qualidade exigida pelo tipo penal, ainda que um dos agentes preencha o requisito legal.
- (C) formais não preveem no tipo a existência de resultado naturalístico, de modo que restam consumados com a realização do verbo núcleo.
- (D) permanentes não admitem que a lei penal nova mais grave seja aplicada ao agente, ainda que sua vigência seja anterior à cessação da permanência, em respeito à irretroatividade da lei penal mais gravosa.
- (E) não transeuntes são aqueles que deixam vestígios.

73

Determinado deputado está sendo investigado pela prática do crime de porte/posse de arma de fogo de uso restrito (Art. 16, *caput*, Lei nº 10.826/03), que teria sido praticado em maio de 2018, diante da notícia que estaria guardando uma arma de calibre .40 em seu local de trabalho, sem autorização legal. Preocupado com as consequências de tal investigação, solicita esclarecimentos ao advogado sobre as possíveis consequências da punição pelo delito imputado.

O advogado deverá esclarecer, de acordo com a jurisprudência majoritária e atual do Supremo Tribunal Federal, que

- (A) o agente poderá, em caso de condenação, ser beneficiado pela graça, mas não pelo indulto ou anistia.
- (B) o regime inicial de cumprimento de pena, em caso de condenação, será necessariamente o fechado.
- (C) o requisito objetivo, em caso de condenação, para progressão de regime será de 1/6, se primário.
- (D) a decretação de eventual prisão temporária poderá prever prazo inicial de 60 dias.
- (E) a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos é possível, dependendo da pena aplicada e do preenchimento dos demais requisitos do Código Penal.

74

Após intenso debate político repleto de ofensas, Ana, 40 anos, e Maria, 30 anos, iniciam uma longa discussão. Ana, revoltada com o comportamento agressivo de Maria, arremessa uma faca em direção a esta com a intenção de causar sua morte, mas a arma branca acaba por atingir Joana, criança de 13 anos, que passava pela localidade, sendo o golpe de faca no coração a causa eficiente de sua morte.

Descobertos os fatos pelo Ministério Público, considerando apenas as informações narradas, é correto afirmar que Ana deverá ser responsabilizada pelo crime de homicídio

- (A) doloso consumado sem a causa de aumento da idade da vítima, em razão do erro de execução.
- (B) culposo consumado, em razão do erro sobre a pessoa.
- (C) culposo consumado, em razão do erro de execução.
- (D) doloso consumado sem a causa de aumento da idade da vítima, em razão do erro de pessoa.
- (E) consumado com a causa de aumento da idade da vítima, em razão do erro sobre a pessoa.

75

Diante do constante noticiário jornalístico sobre a aplicabilidade da Lei nº 12.850/13 (Lei de Organização Criminosa), determinado deputado estadual solicita esclarecimentos ao advogado da Assembleia Legislativa sobre as previsões do referido diploma legal.

Sobre a lei mencionada, caberá ao advogado esclarecer que

- (A) a legislação brasileira não prevê o conceito de organização criminosa, mas tão só os tratados internacionais, de modo que deve o aplicador da lei buscar o complemento da norma em outros diplomas.
- (B) o agente, caso além de praticar o crime de constituir organização criminosa execute outros delitos na condição de membro da organização, responderá apenas pelo primeiro, ficando os demais absorvidos.
- (C) aquele que embaraça a investigação penal de infração que envolve organização criminosa também poderá ser responsabilizado, mas com pena em abstrato reduzida pela metade.
- (D) o agente incidirá em causa de aumento de pena sobre o delito de constituir organização criminosa se nesta houver participação de funcionário público, desde que a organização se valha dessa condição para praticar a infração penal.
- (E) o emprego de arma de fogo pela organização justifica o aumento de pena em até a metade, mas a participação de adolescente não influi na pena do crime de constituir organização criminosa.

76

Com dúvidas sobre as medidas que poderiam ser adotadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) a ser instaurada, deputados estaduais solicitaram esclarecimentos aos advogados da Assembleia Legislativa, em especial sobre o tema interceptação de conversas telefônicas.

Com base nas previsões constitucionais e na Lei nº 9.296/96, deverá ser esclarecido que a interceptação de comunicações telefônicas

- (A) poderá ser determinada diretamente pela CPI, mas o prazo inicial máximo será de 15 dias.
- (B) poderá ser determinada diretamente pela CPI, desde que instaurada para apurar também infrações de natureza penal, sejam elas punidas com reclusão ou detenção.
- (C) não poderá ser determinada diretamente pela CPI, dependendo, dentre outros requisitos, de autorização judicial, sendo o prazo inicial máximo de 30 dias.
- (D) não poderá ser determinada diretamente pela CPI, dependendo, dentre outros requisitos, de autorização judicial, da existência de indícios de autoria e o fato investigado deve constituir crime, seja punido com pena de detenção ou reclusão.
- (E) não poderá ser determinada diretamente pela CPI, dependendo, dentre outros requisitos, de autorização judicial e que a prova não possa ser obtida por outros meios disponíveis.

77

Antônio, funcionário público, está sendo investigado pela suposta prática do crime de prevaricação ocorrido em abril de 2018 (Art. 319 do CP. Pena: 3 meses a 1 ano de detenção e multa). Recebido o procedimento em agosto de 2018, o Ministério Público verifica que na Folha de Antecedentes Criminais de Antônio consta uma anotação, por fatos datados de 2014, referente ao crime de ameaça, tendo o funcionário se beneficiado de transação penal naquela ocasião, sendo devidamente cumpridas as medidas restritivas de direitos aplicadas, e extinta a punibilidade.

Considerando as informações narradas, o advogado de Antônio deverá esclarecer que, sob o ponto de vista técnico,

- (A) não poderá ser oferecido o benefício da transação penal, pois, em razão do benefício, Antônio não mais é considerado tecnicamente primário;
- (B) não poderá ser oferecido o benefício da transação penal em razão do benefício anteriormente oferecido e aceito;
- (C) não poderá ser oferecido o benefício da transação penal, que não é admitido aos crimes próprios praticados por funcionário público;
- (D) poderá ser oferecido o benefício da transação penal, já que o agente é tecnicamente primário, e, descumpridas as condições, poderão as mesmas ser executadas, mas não é possível oferecimento de denúncia.
- (E) poderá ser oferecido o benefício da transação penal, já que o agente é tecnicamente primário, mas, descumpridas as condições, é possível oferecimento de denúncia.

78

Tício, 40 anos, na condição de funcionário público, foi condenado pela prática de crime de peculato em razão do desvio de quantia em dinheiro da Administração Pública, sendo aplicada pena de 06 anos de reclusão. Após ser apenado em regime inicial semiaberto, preencheu o requisito objetivo e pretende a progressão para o regime aberto.

Considerando apenas as informações narradas, é correto afirmar que Tício, para obter a progressão, deverá

- (A) se submeter, necessariamente, ao exame criminológico.
- (B) reparar o dano, além de preencher os demais requisitos gerais legais.
- (C) preencher os requisitos legais e poderá ser fixada como condicional especial para a concessão do regime aberto a prestação de serviços à comunidade.
- (D) preencher os requisitos legais e, em regime aberto, deverá cumprir condições gerais e obrigatórios, como não se ausentar da cidade sem autorização judicial, não podendo ser fixadas quaisquer condições especiais não previstas em lei.
- (E) comprovar que, necessariamente, restam menos de 4 anos de pena a ser cumprida e que já possui oferta prévia de emprego formal.

79

Matheus, deputado estadual, foi informado que foi arrolado como testemunha de defesa em determinada ação penal onde se investiga a prática do crime de organização criminosa. Veio a saber, ainda, através do advogado do réu, que haverá expedição de carta precatória para oitiva de uma testemunha de acusação, já que ela residiria fora da comarca do juízo processante.

Diante disso, Matheus solicita esclarecimentos sobre o momento e a forma de sua oitiva, em especial diante da expedição de carta precatória para oitiva de testemunha de acusação, ressaltando que teme por sua integridade física, que não é amigo do réu e que os fatos de que tem conhecimento não estão relacionados ao exercício do mandato.

Considerando apenas as informações narradas, deverá ser esclarecido que

- (A) havendo temor por parte de Matheus em prestar declarações na presença do acusado, a primeira medida a ser adotada é a retirada do réu da sala de audiência e, somente na impossibilidade, realização do ato por videoconferência.
- (B) Matheus, por ser deputado estadual, tem preferência para ser a primeira testemunha ouvida na audiência de instrução e julgamento, não podendo, porém, previamente ajustar com o magistrado o dia e hora da oitiva, diferente do que ocorre com governadores.
- (C) Matheus, por ser deputado estadual, poderá prestar declarações, na condição de testemunha, por escrito, indicando informações sobre os fatos indagados e opiniões pessoais.
- (D) havendo intimação da defesa sobre a expedição da carta precatória para oitiva da testemunha, torna-se dispensável a intimação sobre a data da realização da audiência no juízo deprecado.
- (E) a expedição de carta precatória para oitiva de testemunha de acusação suspende o andamento da ação penal, impedindo a oitiva das testemunhas de defesa.

80

Diretores de universidade estadual convidaram todos os deputados estaduais para um debate cujo tema é segurança pública. Por ocasião do evento, em 26 de fevereiro de 2018, José, apresentado na condição de deputado estadual, discordando da opinião de seu rival político, o deputado Cláudio, que foi mostrada em um vídeo, disse que esse seria “um desqualificado para o cargo que exerce”. Cláudio, ausente ao evento, soube dos fatos e da autoria, em 03 de março de 2018, apresentando queixa-crime imputando o crime de injúria a José, em 02 de setembro de 2018.

No momento de apreciar a queixa-crime oferecida, considerando apenas as informações narradas no enunciado, a autoridade judicial competente

- (A) deverá receber a queixa-crime, pois, apesar da previsão de imunidade dos parlamentares por palavras e opiniões, os fatos não ocorreram no interior da Assembleia Legislativa e não houve decadência.
- (B) deverá receber a queixa-crime, diante da inexistência de imunidade por palavras e opiniões aos deputados estaduais, mas dependerá o recebimento de autorização prévia da Casa Legislativa respectiva.
- (C) deverá receber a queixa-crime, diante da inexistência de previsão constitucional de imunidade por palavras e opiniões aos deputados estaduais, não dependendo, ademais, de autorização prévia da Casa Legislativa respectiva.
- (D) não deverá receber a queixa-crime, pois existe imunidade dos deputados estaduais por palavras e opiniões no exercício do mandato, ainda que proferidas fora da Casa Legislativa.
- (E) não deverá receber a queixa-crime, pois, apesar da inexistência de imunidade na situação apresentada, ocorreu decadência.

Direito Eleitoral

81

O Promotor Eleitoral com atribuição requereu a abertura de Investigação Judicial Eleitoral (IJE) em face de Maria, candidata ao cargo de Prefeito Municipal, por ter sido beneficiada pelo abuso do poder econômico praticado por Pedro, rico industrial.

O Juiz Eleitoral proferiu sentença cinco dias após a eleição em que Maria foi eleita, tendo cassado o seu diploma.

Sobre a narrativa acima, à luz da sistemática estabelecida pela Lei Complementar nº 64/1990, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não apresenta qualquer irregularidade.
- (B) Apresenta irregularidade, pois Maria não praticou o abuso do poder econômico.
- (C) Apresenta irregularidade, pois o Juiz Eleitoral não poderia aplicar sanção em uma investigação judicial.
- (D) Apresenta irregularidade, pois a IJE deveria ter sido aberta pelo Corregedor Regional, não pelo Juiz Eleitoral.
- (E) Apresenta irregularidade, pois, com a eleição, seria preciso ajuizar a ação de impugnação de mandato eletivo.

82

Analise a narrativa a seguir.

No sistema proporcional utilizado pela legislação brasileira, a obtenção do quociente partidário decorre da divisão do número de votos válidos obtidos por cada partido político ou coligação pelo quociente eleitoral (QE), sendo o resultado o quociente partidário (QP).

A operação que resulta no quociente partidário indica,

- (A) em caráter final, o número de cadeiras de cada partido político.
- (B) em princípio, as cadeiras do partido, pois ainda será necessária a distribuição dos restos.
- (C) em princípio, as cadeiras do partido, considerando-se eleitos todos os candidatos alcançados pelo QP, isso sem prejuízo da distribuição dos restos.
- (D) em princípio, as cadeiras do partido, considerando-se eleitos os candidatos que, alcançados pelo QP, tenham obtido votos em número igual ou superior a 10% do QE, jamais existindo restos a distribuir.
- (E) em princípio, as cadeiras do partido, considerando-se eleitos os candidatos que, alcançados pelo QP, tenham obtido votos em número igual ou superior a 10% do QE, sem prejuízo da distribuição dos restos.

83

João, homem muito rico, no primeiro trimestre do ano em que seria realizada a eleição em que viria a ser candidato ao cargo de Prefeito Municipal, procurou o eleitor Antônio e lhe entregou uma cesta básica sob o compromisso, deste último, de que nele votaria na eleição vindoura.

À luz da sistemática estabelecida na ordem jurídica, é correto afirmar que a conduta de João configura

- (A) captação ilícita de voto.
- (B) abuso do poder econômico.
- (C) crime de corrupção eleitoral.
- (D) exercício regular de um direito.
- (E) infração de menor potencial ofensivo.

84

Os partidos políticos Alfa, Beta e Gama formaram a coligação XYZ exclusivamente para as candidaturas no âmbito estadual, não se estendendo, portanto, à eleição de âmbito nacional.

No curso da campanha eleitoral, o candidato João, filiado ao partido político Alfa, praticou uma ilegalidade na propaganda eleitoral e foi multado pela Justiça Eleitoral.

À luz da sistemática estabelecida pela ordem jurídica, é correto afirmar que a coligação XYZ

- (A) não precisaria ser reproduzida no âmbito nacional e somente os partidos políticos que a integram são solidariamente responsáveis pelo pagamento da multa.
- (B) deveria ser reproduzida no âmbito nacional e somente os partidos políticos que a integram são solidariamente responsáveis pelo pagamento da multa.
- (C) não precisaria ser reproduzida no âmbito nacional e somente o partido político Alfa é solidariamente responsável pelo pagamento da multa.
- (D) deveria ser reproduzida no âmbito nacional e somente o partido político Alfa é solidariamente responsável pelo pagamento da multa.
- (E) não precisaria ser reproduzida no âmbito nacional e é solidariamente responsável pelo pagamento da multa.

85

Quinze diretórios regionais do partido político Alfa, distribuídos em todas as regiões do País, tiveram suas contas anuais, concernentes à utilização dos recursos do Fundo Partidário, rejeitadas pela Justiça Eleitoral.

Considerando a sistemática estabelecida pela Lei nº 9.096/95, é correto afirmar que as a suspensão das cotas do Fundo Partidário alcançará

- (A) apenas os quinze diretórios regionais.
- (B) a integralidade dos diretórios do Partido Político Alfa.
- (C) os quinze diretórios regionais e os diretórios municipais do respectivo território.
- (D) o diretório nacional, os quinze diretórios regionais e os diretórios municipais do respectivo território.
- (E) os diretórios regionais que tenham reincidido em irregularidades que ensejaram a rejeição das contas.

86

A Justiça Eleitoral, por seu juízo competente, requisitou veículos de particulares para o transporte de eleitores da zona eleitoral no dia da eleição. Insatisfeito, um dos destinatários da requisição consultou um advogado sobre a correção desse procedimento.

O advogado respondeu, corretamente, que a referida requisição

- (A) destoa da sistemática legal, pois é vedada a requisição de veículos pela Justiça Eleitoral.
- (B) está em harmonia com a sistemática legal, não tendo o particular direito à percepção de qualquer valor.
- (C) destoa da sistemática legal, pois somente é permitida a requisição de veículos públicos pela Justiça Eleitoral.
- (D) está em harmonia com a sistemática legal, pois não há limitador para a requisição endereçada ao particular.
- (E) está em harmonia com a sistemática legal, desde que os veículos da Administração Pública não sejam suficientes.

Direito Ambiental e Direito Agrário

87

Proprietário rural, considerando a relevância ecológica dos exemplares da flora que compõem suas terras, e visando a conservação da diversidade biológica, decide criar uma unidade de conservação na área.

Assinale a opção que indica a unidade de conservação adequada aos propósitos do proprietário rural.

- (A) Reserva particular do patrimônio natural.
- (B) Área de preservação ambiental.
- (C) Área de preservação permanente.
- (D) Reserva de fauna.
- (E) Área de relevante interesse ecológico.

88

Maria, proprietária de imóvel urbano, concede a Inês a o direito de usar onerosamente o seu terreno, inclusive o subsolo, para o fim de guardar e depositar instrumentos e equipamentos de trabalho, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.

Sobre a hipótese, indique o instrumento jurídico adequado para a celebração do referido negócio jurídico.

- (A) Direito de preempção.
- (B) Acesso de uso.
- (C) Direito de superfície.
- (D) Outorga onerosa do direito de construir.
- (E) Parcelamento urbano.

89

O Estado de Rondônia desapropriou um imóvel da sociedade empresária Serrote Ltda, que ocupava e mantinha construções irregulares em área de manguezais, com supressão de vegetação. Nesse sentido, o Estado é notificado pela autoridade ambiental competente para promover a recomposição da vegetação.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Estado deve recompor a área de vegetação suprimida, tendo em vista ser área de preservação permanente.
- (B) A sociedade empresária Serrote Ltda deve recompor a área de vegetação suprimida, tendo em vista ser área de preservação permanente.
- (C) Não há obrigação na recomposição da vegetação, tendo em vista ser a desapropriação modalidade de aquisição originária da propriedade.
- (D) Não há obrigação na recomposição da vegetação, uma vez que os manguezais não configuram área de preservação permanente.
- (E) Apenas há obrigação de recomposição da vegetação suprimida após a edição do decreto de desapropriação.

90

A empresa concessionária do serviço de saneamento básico do município de Pureza pretende estabelecer uma política tarifária diferenciada para os consumidores.

Nesse sentido, assinale a diretriz que pode ser adotado para a instituição das tarifas diferenciadas.

- (A) Nível de escolaridade dos usuários.
- (B) Incentivo a microempresas e empresas de pequeno porte.
- (C) Práticas ecologicamente corretas na produção rural.
- (D) Empresas que não possuem débitos de contribuições sociais.
- (E) Inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos.

91

Com relação à tutela jurídica da fauna no ordenamento jurídico brasileiro, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () De forma excepcional e mediante lei específica, é possível a submissão de animais a tratamentos cruéis, quando em benefício da saúde e segurança públicas.
- () Não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, devendo ser regulamentadas por lei específica.
- () São vedadas práticas que coloquem em risco a função ecológica dos animais, ainda que em benefício da saúde pública.

As afirmativas são, respectivamente.

- (A) V – V – V.
- (B) F – V – V.
- (C) V – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

92

Sobre o regime das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, conforme disciplinado pela Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir.

- I. É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de epidemia que ponha em risco sua população.
- II. Os índios são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses.
- III. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo aos mesmos o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

Técnica Legislativa e Regimento Interno**93**

Determinado Deputado Estadual apresentou proposição visando à alteração do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

À luz da sistemática regimental, é correto afirmar que essa proposição será apreciada

- (A) apenas pela Mesa Diretora, órgão competente para acolhê-la ou rejeitá-la.
- (B) apenas pelo Plenário, órgão competente para acolhê-la ou rejeitá-la.
- (C) pelo Colégio de Líderes, que emitirá parecer sobre o seu teor.
- (D) pela Mesa Diretora, que emitirá parecer sobre o seu teor.
- (E) pela Presidência, que emitirá parecer sobre o seu teor.

94

Determinada comissão parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia tem competência regimental para acompanhar os planos e programas governamentais na área de política rural.

No momento da nomeação dos respectivos membros, em razão do quantitativo e da divisão das cadeiras entre os partidos políticos na Casa Legislativa, constatou-se que o critério de proporcionalidade não permitia que fosse atribuído um lugar à minoria, prevalecendo o entendimento de que essa última deveria ser excluída da comissão.

À luz da sistemática regimental, é correto afirmar que a referida comissão é

- (A) temporária e a minoria foi corretamente excluída de sua composição.
- (B) permanente e a minoria foi incorretamente excluída de sua composição.
- (C) temporária e a minoria foi incorretamente excluída de sua composição.
- (D) permanente e a minoria foi corretamente excluída de sua composição.
- (E) especial e a minoria foi corretamente excluída de sua composição.

95

João, deputado estadual, foi indicado pelo governo do Estado de Rondônia para exercer sua liderança perante a Assembleia Legislativa. Em razão da indicação, solicitou à sua assessoria um estudo a respeito das respectivas prerrogativas, sendo informado que poderia

- I. usar da palavra por tempo não superior a cinco minutos, para fazer comunicações urgentes e inadiáveis.
- II. fazer uso da palavra em defesa da respectiva linha política, no período das comunicações das lideranças.
- III. indicar os membros do governo para compor as comissões especiais.

À luz da sistemática regimental, em relação às prerrogativas informadas pela assessoria está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I e II, apenas.

96

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, após os trâmites regulares, deliberou pela perda do mandato eletivo de Pedro, deputado estadual pelo partido político Alfa.

Nos termos do regimento interno, essa deliberação deve ser veiculada por meio de

- (A) proposição extintiva.
- (B) decreto condenatório.
- (C) relatório conclusivo.
- (D) decreto legislativo.
- (E) resolução.

97

Logo após o término do seu mandato como Deputado Estadual, João tomou conhecimento de que um projeto de lei ordinária de sua autoria, extremamente relevante para a coletividade, mas que ainda não fora apreciado por todas as comissões competentes, tinha sido arquivado ao fim da legislatura. Para sua surpresa, outro projeto de lei ordinária, de iniciativa do Ministério Público, teve sua tramitação mantida.

À luz da narrativa acima e da sistemática regimental, assinale a afirmativa correta.

- (A) Tanto o arquivamento do projeto de lei apresentado por João como a continuidade da tramitação do projeto de lei do Ministério Público foram equivocados.
- (B) Tanto o arquivamento do projeto de lei apresentado por João como a continuidade da tramitação do projeto de lei do Ministério Público foram regulares.
- (C) Apenas o arquivamento do projeto de lei apresentado por João foi regular, salvo se já apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça.
- (D) Apenas a continuidade da tramitação do projeto de lei de iniciativa do Ministério Público foi equivocada.
- (E) Apenas o arquivamento do projeto de lei apresentado por João foi equivocado.

98

Leia o fragmento a seguir.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia aprovou o Projeto de Lei X22, composto de apenas três artigos, o qual veio a ser vetado pelo Governador do Estado sob o argumento de ser inconstitucional.

O veto, após regular trâmite regimental, veio a ser submetido à votação global pelo plenário, não um artigo por vez. Os Deputados presentes à sessão, que totalizavam metade mais um dos membros da Casa Legislativa, decidiram, por maioria de dois terços dos presentes, rejeitar o veto, tendo o Governador promulgado a lei resultante desse processo legislativo.

À luz da sistemática regimental, é correto afirmar que o fragmento

- (A) apresenta apenas duas irregularidades, consistentes na votação global e no quórum de rejeição do veto.
- (B) apresenta apenas uma irregularidade, consistente na promulgação da lei pelo Governador do Estado.
- (C) apresenta apenas uma irregularidade, consistente no quórum de rejeição do veto.
- (D) apresenta apenas uma irregularidade, consistente na votação global do veto.
- (E) não apresenta qualquer irregularidade.

99

Após grave crise no setor público estadual de educação, incluindo um longo período de greve dos respectivos servidores, um grupo de parlamentares apresentou projeto de lei concedendo reajuste remuneratório à categoria, pois os valores recebidos à época estavam sabidamente defasados.

O projeto foi aprovado pela maioria simples dos membros da Assembleia Legislativa e sancionado pelo Governador do Estado, daí resultando a promulgação da Lei nº 123.

À luz das normas aplicáveis ao processo legislativo, é correto afirmar que a tramitação do projeto que redundou na promulgação da Lei nº 123, apresentou

- (A) dois vícios, ambos supridos pela promulgação.
- (B) vício de iniciativa, suprido pela sanção.
- (C) não apresentou qualquer vício em sua tramitação.
- (D) vício no quórum de aprovação.
- (E) vício de iniciativa.

100

O projeto de lei nº 456/2018 foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação para a análise de sua constitucionalidade. Depois de alentado estudo, foi exarado parecer no sentido da sua inconstitucionalidade.

À luz da sistemática regimental, é correto afirmar que o referido parecer é

- (A) opinativo, cabendo recurso para outro órgão antes de ser colhido o parecer das demais comissões.
- (B) opinativo, devendo o processo legislativo prosseguir nas demais comissões.
- (C) terminativo, cabendo recurso a ser apreciado por outro órgão.
- (D) resolutivo, somente admitindo pedido de retratação.
- (E) terminativo, não cabendo recurso para outro órgão.

Realização

